

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	59.398
Preferenciais	4.453
Total	63.851
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.455.699	4.219.247
1.01	Ativo Circulante	1.322.552	1.357.507
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	282.873	457.209
1.01.03	Contas a Receber	648.684	622.227
1.01.03.01	Clientes	628.901	607.711
1.01.03.01.01	Consumidores	628.901	607.711
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.783	14.516
1.01.03.02.01	Rendas a Receber	17.026	9.150
1.01.03.02.02	Títulos a Receber	2.757	5.366
1.01.04	Estoques	11.345	11.006
1.01.04.01	Almoxarifado	11.345	11.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.231	61.817
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.231	61.817
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	12.380	15.803
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	48.851	46.014
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	318.419	205.248
1.01.08.03	Outros	318.419	205.248
1.01.08.03.01	Serviços em Curso	35.982	39.441
1.01.08.03.02	Aquisição de Combustível p/Conta CCC	140.986	67.856
1.01.08.03.03	Redução de Receita - Baixa Renda	36.712	15.061
1.01.08.03.20	Outros	104.739	82.890
1.02	Ativo Não Circulante	3.133.147	2.861.740
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	895.025	782.750
1.02.01.03	Contas a Receber	29.942	28.640
1.02.01.03.01	Clientes	28.017	26.715
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.925	1.925
1.02.01.06	Tributos Diferidos	96.536	89.790
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.536	89.790
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	112.305	108.053
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	112.305	108.053
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	656.242	556.267
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	16.530	18.227
1.02.01.09.04	Depósito Judiciais	30.704	27.335
1.02.01.09.05	Impostos de Renda e Contrib. Socias a Recuperar	41.632	40.613
1.02.01.09.06	Outros tributos a recuperar	48.750	41.682
1.02.01.09.07	Sub-rogação da CCC	169.896	138.509
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	347.504	275.831
1.02.01.09.20	Outros	1.226	14.070
1.02.02	Investimentos	25.686	25.782
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	25.686	25.782
1.02.04	Intangível	2.212.436	2.053.208
1.02.04.01	Intangíveis	2.212.436	2.053.208
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.212.436	2.053.208

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.455.699	4.219.247
2.01	Passivo Circulante	1.550.540	1.377.368
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	88.339	86.313
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	88.339	86.313
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	4.422	8.217
2.01.01.02.02	Indenizações trabalhistas	83.917	78.096
2.01.02	Fornecedores	363.484	242.533
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	363.484	242.533
2.01.03	Obrigações Fiscais	262.016	211.262
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	109.929	125.806
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	152.045	84.790
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	42	666
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	520.771	588.665
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	514.417	584.609
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	382.738	516.863
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	131.679	67.746
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.354	4.056
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	6.354	4.056
2.01.05	Outras Obrigações	315.930	248.595
2.01.05.02	Outros	315.930	248.595
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	33.136	34.825
2.01.05.02.04	Operações de Swap	93.049	81.769
2.01.05.02.05	Taxa de Iluminação Pública	23.832	19.109
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	62.645	11.938
2.01.05.02.07	Obrigações Programa de Eficiência Energética	27.955	33.505
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas - trabalhistas	13.184	9.591
2.01.05.02.09	Benefício Pós-Emprego	1.904	3.304
2.01.05.02.20	Outros	60.225	54.554
2.02	Passivo Não Circulante	2.091.919	1.950.220
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.278.884	1.024.432
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.272.339	1.017.656
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	857.186	874.777
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	415.153	142.879
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.545	6.776
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	6.545	6.776
2.02.02	Outras Obrigações	602.825	703.206
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	104.397	136.415
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	104.397	136.415
2.02.02.02	Outros	498.428	566.791
2.02.02.02.03	Obrigações fiscais	278.003	262.972
2.02.02.02.04	Operações de Swap	45.762	96.738
2.02.02.02.05	Obrigações Programa de Eficiência Energética	42.646	35.277
2.02.02.02.06	Plano de Aposentadoria e Pensão	13.983	13.983
2.02.02.02.07	Indenizações Trabalhistas	61.205	98.011
2.02.02.02.20	Outros	56.829	59.810
2.02.03	Tributos Diferidos	195.643	206.995

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	195.643	206.995
2.02.03.01.01	Encargos Tributários sobre Reserva de Reavaliação	189.152	197.387
2.02.03.01.02	Outros	6.491	9.608
2.02.04	Provisões	14.567	15.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.567	15.587
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.409	12.318
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.158	3.269
2.03	Patrimônio Líquido	813.240	891.659
2.03.01	Capital Social Realizado	518.932	518.932
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-78.107	-15.673
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	372.415	388.400
2.03.08.01	Reserva de Reavaliação em Ativos Próprios	372.415	388.400

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	615.084	1.211.699	497.046	910.746
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-507.815	-1.035.154	-379.066	-745.213
3.03	Resultado Bruto	107.269	176.545	117.980	165.533
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.409	-88.328	-54.914	-110.507
3.04.01	Despesas com Vendas	-13.441	-28.280	-20.134	-48.339
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.322	-56.574	-30.790	-57.224
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	331	500	294	469
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.977	-3.974	-4.284	-5.413
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	63.860	88.217	63.066	55.026
3.06	Resultado Financeiro	-104.357	-184.734	-116.572	-114.136
3.06.01	Receitas Financeiras	62.007	125.809	51.839	168.955
3.06.02	Despesas Financeiras	-166.364	-310.543	-168.411	-283.091
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-40.497	-96.517	-53.506	-59.110
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.987	18.098	-21.989	-15.075
3.08.01	Corrente	0	0	-4.900	-4.920
3.08.02	Diferido	1.987	18.098	-17.089	-10.155
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38.510	-78.419	-75.495	-74.185
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-38.510	-78.419	-75.495	-74.185
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,60313	-1,22816	-1,18236	-1,16185
3.99.01.02	PNA	-0,60313	-1,22816	-1,18236	-1,16185
3.99.01.03	PNB	-0,60313	-1,22816	-1,18236	-1,16185
3.99.01.04	PNC	-0,60313	-1,22816	-1,18236	-1,16185

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	83.684	-96.308
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	108.998	84.035
6.01.01.01	Prejuízo do exercício	-78.419	-74.185
6.01.01.02	Perda no valor recuperável	3.221	8.350
6.01.01.03	Depreciação e amortização (investimento e intangível)	73.114	61.620
6.01.01.04	Encargos de dívidas, juros e variações monetárias e cambiais líquidas	128.295	70.274
6.01.01.05	Baixas de ativo intangível	52	1.166
6.01.01.06	Créditos tributários diferidos	-18.098	10.155
6.01.01.07	Prov. p/ contingências-líq de reversões	-1.020	-462
6.01.01.08	Outras	1.853	7.117
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.314	-180.343
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-19.324	-85.521
6.01.02.02	Cauções e depósitos vinculados a litígio	-1.672	-818
6.01.02.03	Aquisição de combustível por conta da CCC	-73.130	80.911
6.01.02.04	Estoques	2.412	3.604
6.01.02.05	Serviços em curso	-9.477	-8.769
6.01.02.06	Créditos compensatórios em recolhimentos futuros	4.498	-15.615
6.01.02.07	Rendas a receber	-3.361	-4
6.01.02.08	Títulos e valor mobiliários e devedores diversos	21.942	-53.767
6.01.02.09	Fornecedores	125.204	12.097
6.01.02.10	Consumidores	-4.855	-50
6.01.02.11	Folha de pagamento e provisões trabalhistas	-3.795	4.684
6.01.02.12	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-80.246	-64.925
6.01.02.13	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	47.235	6.085
6.01.02.14	Taxas regulamentares	50.707	-7.571
6.01.02.15	Outros créditos	-13.034	-55.511
6.01.02.16	Obrigações do programa de eficiência energética	120	0
6.01.02.17	Entidades de previdência privada e outras obrigações	-39.683	11.933
6.01.02.18	Obrigações estimadas	3.593	7.865
6.01.02.19	Outros credores	-32.448	-14.971
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-360.583	-57.630
6.02.01	Ativo intangível dos contratos de concessão	-359.820	-251.818
6.02.02	Acréscimo de obrigações especiais	-763	194.188
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	102.563	227.389
6.03.01	Mútuos com partes relacionadas - líquido	-34.759	37.209
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	833.350	609.611
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - principal	-634.710	-343.649
6.03.04	Pagamento de SWAP	-59.629	-39.758
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-1.561	-33.354
6.03.06	Pagamentos de juros sobre o capital próprio	-128	-2.670
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-174.336	73.451
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	457.209	195.389
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	282.873	268.840

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-78.419	0	-78.419
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-78.419	0	-78.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.985	-15.985	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.220	-24.220	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.235	8.235	0
5.07	Saldos Finais	518.932	0	0	-78.107	372.415	813.240

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	518.932	36.914	176.617	0	425.226	1.157.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-162.274	-3.021	-165.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	36.914	176.617	-162.274	422.205	992.394
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.185	0	-74.185
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-74.185	0	-74.185
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.979	-15.979	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.211	-24.211	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.232	8.232	0
5.07	Saldos Finais	518.932	36.914	176.617	-220.480	406.226	918.209

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	1.646.229	1.278.637
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.227.118	1.125.889
7.01.02	Outras Receitas	22.159	-1.235
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-647	-2.999
7.01.02.02	Outras receitas	22.806	1.764
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	400.173	162.333
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.221	-8.350
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-994.244	-718.631
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-465.486	-398.076
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-127.907	-141.392
7.02.04	Outros	-400.851	-179.163
7.02.04.01	Matéria-prima e insumo p/ prod. de energia elétrica	-111.084	-110.343
7.02.04.02	Subvenções de combustível - CCC	122.013	100.407
7.02.04.03	Outros	-411.780	-169.227
7.03	Valor Adicionado Bruto	651.985	560.006
7.04	Retenções	-68.596	-58.561
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.596	-58.561
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	583.389	501.445
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	125.809	168.955
7.06.02	Receitas Financeiras	125.809	168.955
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	709.198	670.400
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	709.198	670.400
7.08.01	Pessoal	39.558	48.927
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.497	33.620
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.611	2.900
7.08.01.04	Outros	6.450	12.407
7.08.01.04.01	Entidade de previdência privada	1.953	829
7.08.01.04.02	Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	4.025	6.652
7.08.01.04.03	Convênios assistenciais e outros benefícios	356	4.913
7.08.01.04.04	Programa de incentivo a aposentadoria e demissão voluntária	0	7
7.08.01.04.05	Diversos	116	9
7.08.01.04.06	Transferências p/ ordensem curso (intangível)	0	-3
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	439.413	415.263
7.08.02.01	Federais	177.566	180.931
7.08.02.02	Estaduais	261.322	233.830
7.08.02.03	Municipais	525	502
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	308.646	280.395
7.08.03.01	Juros	123.810	117.803
7.08.03.02	Aluguéis	4.473	5.312
7.08.03.03	Outras	180.363	157.280
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-78.419	-74.185
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-78.419	-74.185

Comentário do Desempenho**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. RESULTADO BRUTO**

	Trimestre findo em:		Variação %
	30/6/2011 R\$	30/6/2010 R\$	
RECEITA BRUTA DE VENDAS			
Fornecimento de energia elétrica	412.722	359.953	14,66
Disponibilização do sistema de distribuição	226.468	233.390	(2,97)
Suprimento de energia elétrica	3.183	297	971,72
Receita de construção	194.269	96.492	101,33
Outras receitas	6.032	5.099	18,30
Total da receita bruta de vendas	842.674	695.231	21,21
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Tributos diretos:			
ICMS	(135.418)	(121.868)	11,12
PIS	(10.875)	(9.728)	11,79
COFINS	(50.098)	(44.808)	11,81
Subtotal	(196.391)	(176.404)	11,33
Encargos do consumidor:			
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(3.189)	(3.528)	(9,61)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(19.535)	(13.208)	47,90
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.531)	(1.105)	219,55
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(759)	(788)	(3,68)
Fundo Nacional de Desenvol. Científico e Tecnológico - FNDCT	(759)	(788)	(3,68)
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(379)	(395)	(4,05)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(1.897)	(1.969)	(3,66)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(1.150)	-	-
Subtotal	(31.199)	(21.781)	43,24
Total das deduções da receita bruta	(227.590)	(198.185)	14,84
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	615.084	497.046	23,75
CUSTO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	(204.778)	(174.250)	17,52
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(27.439)	(17.290)	58,70
	(232.217)	(191.540)	21,24
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(20.325)	(22.347)	(9,05)
Material	(1.445)	(1.887)	(23,42)
Materia prima e insumos p/produção energia elétrica	(53.484)	(56.418)	(5,20)
Serviços de terceiros	(38.383)	(41.043)	(6,48)
Depreciação e amortização	(33.660)	(28.112)	19,74
Subvenções CCC	67.117	53.785	24,79
Custo de construção	(194.269)	(96.492)	101,33
Outros	(1.149)	4.988	(123,04)
	(275.598)	(187.526)	46,97
RESULTADO BRUTO	107.269	117.980	(9,08)

Comentário do Desempenho

- I) A receita líquida dos serviços vendidos atingiu no 2º trimestre de 2011 o montante de R\$ 615.084 apresentando um crescimento de 23,75% em relação ao mesmo trimestre de 2010 devido a combinação dos seguintes fatos:
- a) Aumento da receita Bruta de vendas em 21,21%, motivado pela combinação de três eventos relevantes; (i) o reajuste tarifário médio de 15,83%, que passou a vigorar a partir de 07 de agosto de 2010; (ii) o aumento de 11,73% na demanda total de energia, que passou de 1.529.747 MWh no 2º trimestre de 2010 para 1.709.182 MWh (líquido do consumo próprio) no trimestre atual, e (iii) o aumento da receita de construção em 101,33% que foi impactado pelos investimentos na melhoria da qualidade ao atendimento dos consumidores e aos gastos com as obras de interligação da ilha do Marajó.
 - b) Deduções da receita operacional: apresentou um crescimento de 14,84%, devido ao aumento da receita operacional que é a base de cálculo da maioria das contas que compõe estas deduções e pela Quota da Companhia na conta de consumo de combustível – CCC que passou de R\$ 13.208 mil no 2º trimestre de 2010 para R\$ 19.535 no trimestre atual.
- II) Os custos dos serviços de energia elétrica apresentaram no 2º trimestre de 2011 um acréscimo de 21,24% quando comparado com o mesmo período de 2010, motivado por:
- a) Aquisição de mais energia elétrica para atender o crescimento da demanda. No segundo trimestre de 2011 a Companhia adquiriu 2.330.416 KWh contra 2.109.848 KWh no mesmo período do ano anterior.
 - b) Aumento no preço da energia adquirida junto a alguns fornecedores.
- III) Os custos de operação apresentaram no 2º trimestre de 2011, em comparação ao mesmo trimestre de 2010, um acréscimo de 46,97%, devido basicamente a combinação dos seguintes fatos:
- a) Depreciação e amortização: o crescimento desta rubrica em 19,74% foi decorrente principalmente do aumento dos investimentos em infra estrutura que refletiu positivamente nas contas do intangível em serviço.
 - b) Despesa de Construção: A variação positiva de 101,33%, apresentada nesta rubrica está explicado no item 1 a, (Receita de Construção), haja vista que os valores da receita e da despesa de construção são equivalentes e gerados em uma mesma base de valores.

Comentário do Desempenho

1.1. Receita bruta de vendas

	Trimestre findo em:					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Residencial	1.533.797	1.429.839	603.640	604.065	270.226	241.851
Industrial	3.762	3.769	330.952	313.302	105.451	91.623
Comercial, serviços e outras atividades	140.381	134.551	342.726	330.182	160.000	142.903
Rural	124.780	129.810	45.938	45.696	14.184	12.637
Poder público	16.214	15.009	106.308	108.072	47.228	44.228
Iluminação pública	370	350	63.182	62.562	17.194	15.229
Serviço público	1.589	1.527	57.461	55.317	15.544	13.716
Consumo próprio	260	263	8.151	8.134	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(1.926)	4.261
Receita do uso da rede	-	-	-	-	4.209	4.960
Fornec. não faturado de diferimento de TUSD	-	-	-	-	(3.083)	8.708
Redução da receita - Baixa renda	-	-	-	-	10.156	13.240
Provisão Redução Tarifa - Irrigação	-	-	-	-	7	(13)
Subtotal	1.821.153	1.715.118	1.558.358	1.527.330	639.190	593.343
Suprimentos - CCEE	-	-	158.975	10.551	3.183	297
Receita de construção	-	-	-	-	194.269	96.492
Outras receitas	-	-	-	-	6.032	5.099
Total	1.821.153	1.715.118	1.717.333	1.537.881	842.674	695.231

- a) No 2º trimestre 2011, o fornecimento de energia elétrica da Companhia foi de 1.550.207 MWh (excluído o consumo próprio), contra 1.519.196 MWh em 2010, correspondendo a um aumento de 2,04% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, motivados basicamente pelo acréscimo de 106.035 novos consumidores.
- b) A tarifa média (excluído o consumo próprio) de fornecimento de energia por MWh no 2º trimestre de 2011 teve o valor de R\$ 406,29 contra R\$ 370,06 no mesmo período de 2010.

Comentário do Desempenho

2. EBITDA

	Semestre findo em		Var. R\$
	30/6/2011	30/6/2010	
Receita bruta de vendas	1.649.692	1.289.517	360.175
Deduções da receita bruta de vendas	(437.993)	(378.771)	(59.222)
Receita líquida de vendas	1.211.699	910.746	300.953
Custo de bens e serviços vendidos	(1.035.154)	(745.213)	(289.941)
Despesas operacionais			
(-) Despesas com vendas	(28.280)	(48.339)	20.059
(-) Despesas gerais e administrativas	(56.574)	(57.224)	650
(-) Outras despesas operacionais	(3.974)	(5.413)	1.439
Total despesas operacionais	(88.828)	(110.976)	22.148
Depreciação e amortização	73.114	61.620	11.494
Outros resultados	743	2.999	(2.256)
EBITDA	161.574	119.176	42.398

O EBITDA da CELPA aumentou R\$ 42.398 no período findo em 30/6/2011 em relação ao mesmo período de 2010 devido principalmente ao aumento da receita operacional líquida que foi impactada pelo reajuste tarifário médio de 15,83% que passou a vigorar a partir de 7/8/2010 e pelo aumento de 106 mil novos consumidores.

Comentário do Desempenho

3. RESULTADO FINANCEIRO

	Trimestre findo em:		Variação %
	30/6/2011 R\$	30/6/2010 R\$	
Receitas financeiras:			
Renda de aplicação financeira	3.887	4.520	(14,00)
Mútuo com partes relacionadas	1.350	14.506	(90,69)
Juros ativos	6.557	6.599	(0,64)
Variação monetária	16.614	11.704	41,95
Acréscimos moratórios	8.953	9.167	(2,33)
Ajuste a valor presente e marcação a mercado	21.662	2.269	854,69
Outras receitas financeiras	2.984	3.074	(2,93)
Total das receitas financeiras	62.007	51.839	19,61
Despesas financeiras:			
Encargos de dívidas			
Moeda nacional	(43.639)	(33.620)	29,80
Moeda estrangeira	(6.378)	(2.359)	170,37
Mútuo com partes relacionadas	(4.029)	(2.163)	86,27
Subtotal	(54.046)	(38.142)	41,70
Variações monetárias			
Moeda nacional	(8.049)	(7.723)	4,22
Moeda estrangeira	(4.574)	(13.387)	(65,83)
Subtotal	(12.623)	(21.110)	(40,20)
Juros / multas	(66.337)	(42.629)	55,61
Ajuste a valor presente e marcação a mercado	(17.407)	(15.813)	10,08
Operações de swap	(9.666)	(34.383)	(71,89)
Outras despesas financeiras	(6.285)	(16.334)	(61,52)
Total das despesas financeiras	(166.364)	(168.411)	(1,22)
Resultado financeiro	(104.357)	(116.572)	(10,48)

O Resultado Financeiro no 2º trimestre de 2011 foi negativo em R\$ 104.357 apresentando uma redução de 10,48% em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido aos seguintes fatos:

3.1. Receitas financeiras

- Mútuo com partes relacionadas: Apresentou redução de 90,69% na comparação entre os trimestres devido ao recebimento da totalidade do saldo credor, em setembro de 2010, que a Companhia possuía junto a controladora QMRA.
- Variações monetárias: o aumento de 41,95% na comparação entre os trimestres é devido a variação cambial do dólar que foi negativa no trimestre atual em 4,15%, o que gerou uma receita de R\$ 16.561 pela atualização dos empréstimos tomados nesta moeda, enquanto que no mesmo período de 2010 a variação cambial foi positiva em 1,15% gerando conseqüentemente despesas de variação monetária.
- Ajuste a valor presente e marcação a mercado: Apresentou aumento significativo na comparação entre os trimestres devido principalmente a marcação a mercado dos Swaps da Companhia.

Comentário do Desempenho

3.2. Despesas financeiras

- a) Encargos de dívida – Moeda Nacional e Moeda Estrangeira: Estas rubricas apresentaram crescimento na comparação entre os trimestres devido as novas captações ocorridas após junho de 2010.
- b) Juros e multas: apresentou aumento de 55,61% na comparação entre os trimestres, devido principalmente as multas regulatórias.
- c) Operações de swap: As despesas com operações de swap reduziram significativamente devido principalmente as liquidações de swap ocorridas em 2011.
- d) Outras despesas financeiras: a redução de 61,52% apurado na comparação entre os trimestres, deve-se basicamente as seguintes despesas: IOF e encargos financeiros sobre os parcelamentos de que trata a lei 11.941, que geraram no 2º trimestre de 2010 os montantes de R\$ 5.813 e R\$ 5.807 respectivamente.

4. INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

	No período findo em:	
	30/6/2011	31/12/2010
1 - Liquidez corrente Ativo circulante / Passivo circulante	0,85	0,99
2 - Liquidez geral (Ativo circulante + realizável a longo prazo) / Exigível total	0,61	0,64
3 - Endividamento Exigível total / Ativo total	0,82	0,79
4 - Capitalização Patrimônio líquido / Ativo total	0,18	0,21
5 - Valor patrimonial da ação - R\$ por lote de mil ações	12.736,54	13.964,70

5. INDICADORES OPERACIONAIS

	30/6/2011	30/6/2010
1 - Número de empregados	2.153	2.171
2 - Consumidor por empregado	846	790

* * *

Notas Explicativas

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS FINDAS EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (Companhia ou CELPA) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, sob o controle acionário da companhia QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.690 km², atendendo 1.821.153 consumidores em 143 municípios; tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A DENERGE Desenvolvimento Energético S.A., é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - SP.

Para o enfrentamento de seu endividamento financeiro, principalmente para investimentos no ativo imobilizado, a Administração da Companhia vem tomando medidas, tais como o acordo de investimento firmado com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) que visa investir na construção, modernização, reforma, manutenção, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura; e a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras. Adicionalmente um abrangente re-estudo técnico de suas linhas de sub-transmissão e distribuição, além da revisão e construção de novas sub-estações e do redimensionamento dos alimentadores das regiões de Grande Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, com o objetivo de rápido ataque a redução de perdas técnicas e não técnicas. Ao mesmo tempo em que revisa os investimentos necessários visando economias nos recursos sem perda de eficiência, os volumes de investimentos utilizando-se de maior inteligência aplicada ao manejo das redes e conseqüente otimização da necessidade de novos recursos financeiros.

1.1. Autorização de conclusão das informações trimestrais

A autorização para emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da Diretoria em 9/8/2011.

2. OFÍCIO CIRCULAR CVM/SNC/SEP/Nº003/2011

As informações trimestrais (ITR) e as notas explicativas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011 de 28/4/2011 e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Para a elaboração das informações trimestrais, a Companhia adotou a mesma política contábil apresentada nas demonstrações financeiras anuais de 31/12/2010, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes, de 31/12/2010.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico do dia 29/3/2011, nas páginas A47 a A57, e divulgada no site da CVM (www.cvm.gov.br) no dia 28/3/2011.

Notas Explicativas

Segue abaixo a relação das notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2010 que não estão sendo apresentadas ou que foram alteradas neste semestre:

- Nota 3 - Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 4 - Principais práticas contábeis adotadas (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 5 - Primeira adoção dos CPCs - Convergentes às IFRS (informações necessárias apenas na demonstração anual);
- Nota 8 - Títulos a receber (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao semestre findo em 30/6/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 15 – Partes relacionadas – item 15.3 Compartilhamento de infraestrutura (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao semestre findo em 30/6/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 20 - Impostos, contribuições sociais e parcelamentos (alteração do título para “Obrigações fiscais”);
- Nota 33 - Despesas operacionais (incorporação dos saldos da nota explicativa 34 - Outros Resultados);
- Nota 34 - Outros resultados (reclassificação dos saldos para a nota explicativa 33 - Despesas Operacionais);
- Nota 37 - Participação nos resultados (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao semestre findo em 30/6/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 38 - Revisão tarifária (idênticas à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 39 - Investimento remunerável (idênticas à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 40 - Plano de aposentadoria e pensão (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao semestre findo em 30/6/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 41 - Seguros (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao semestre findo em 30/6/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 42 - Termo de compromisso (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 43 - Questões ambientais (idênticas à divulgada na Demonstração anual).

3. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a

Notas Explicativas

exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 – SCG/ANEEL extinguiu a concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias (anexo II.I e II.II do referido contrato de concessão de geração). Segue abaixo as principais características:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	22,47	11,15	28/7/1998	28/7/2028

De acordo com o artigo 8º da Lei 10.848/04 de 15/3/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30/7/2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolados, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 11 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

A geração de energia representa 0,93% de todo ativo imobilizado da concessão da Companhia.

O contrato de concessão assinado com a União Federal, confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e

Notas Explicativas

f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A energia distribuída é substancialmente adquirida via contratos bilaterais aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela ANEEL/Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE vinculadas ao Ministério de Minas e Energia - MME. Seu parque gerador, composto por usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados, contribui com aproximadamente 6,63% da totalidade da energia distribuída.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 2.153 funcionários, 1.815 prestadores de serviços e 39 estagiários, em 30/6/2011.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa	44.778	127.229
Equivalentes de caixa	238.095	329.980
Total	<u>282.873</u>	<u>457.209</u>

O caixa está representado, basicamente, por depósitos a vista em instituições financeiras.

4.1. Equivalentes de caixa

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxas %</u>	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco Bradesco	CDB	(*)	20,00 a 100,00 CDI	16.538	6.894
Banco Basa	CDB	(*)	100,00 CDI	3.131	4.585
Banco Basa	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	6.777	5.186
Banco do Brasil	CDB	(*)	100,00 CDI	-	902
Banco do Brasil	Fundo de investimento	(*)	(**)	39.075	32.809
Banco do Brasil	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	59	59
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento	(*)	(**)	33.983	235.137
Banco do Nordeste	CDB	(*)	99,20 CDI	5.278	5.002
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 CDI	3.393	-
Banco Daycoval	CDB	(*)	100,00 CDI	88.677	-
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	41.184	39.406
Total				<u>238.095</u>	<u>329.980</u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorrido. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

(**) Os fundos de investimentos estão concentrados em fundos de renda fixa e compostos por títulos públicos federais e títulos de emissores de baixo risco de crédito, com tendência de variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI).

Notas Explicativas**5. CONSUMIDORES E PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL**

	Circulante		Não circulante	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
Consumidores	736.491	712.080	28.017	26.715
(-) Perda no valor recuperável	(107.590)	(104.369)	-	-
Total	628.901	607.711	28.017	26.715

5.1. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos vencidos				Total		
	Saldos vincendos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total	30/6/2011	31/12/2010
Circulante							
Residencial	106.877	80.411	63.775	99.144	243.330	350.207	319.868
Industrial	42.507	16.089	17.769	48.318	82.176	124.683	115.933
Comércio, Serviços e Outras Atividades	55.635	24.418	18.279	32.861	75.558	131.193	127.930
Rural	4.806	4.645	7.418	10.152	22.215	27.021	25.069
Poder Público:							
Federal	3.637	1.451	446	109	2.006	5.643	5.744
Estadual	4.945	1.845	107	33	1.985	6.930	14.649
Municipal	20.017	6.292	3.005	3.043	12.340	32.357	35.344
Iluminação Pública	14.498	651	99	283	1.033	15.531	13.197
Serviço Público	10.417	2.357	877	1.499	4.733	15.150	22.705
(-) Ajuste a valor presente (c)	(198)				-	(198)	(133)
Redução de Uso Sistema de Distribuição	3.177				-	3.177	11.273
Subtotal - Consumidores	266.318	138.159	111.775	195.442	445.376	711.694	691.579
Participação financeira do consumidor	400	1.614	120	623	2.357	2.757	1.203
Comercialização na CCEE (a)	4.300				-	4.300	1.848
Programa emergencial de redução do consumo				67	67	67	67
Encargos de capacidade emergencial				444	444	444	453
Concessionárias e permissionárias	10				-	10	10
Encargos de uso da rede elétrica	5.204				-	5.204	5.204
Outros	1.685	4.189	2.537	3.604	10.330	12.015	11.716
Total	277.917	143.962	114.432	200.180	458.574	736.491	712.080
Não circulante							
Consumidores	26.146				-	26.146	23.681
(-) Ajuste a valor presente (c)	(2.097)				-	(2.097)	(1.613)
Participação financeira do consumidor	652				-	652	652
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura (b)	28				-	28	20
Redução de Uso Sistema de Distribuição	1.213				-	1.213	
Comercialização na CCEE (a)	1.701				-	1.701	3.651
Outros	374				-	374	324
Total	28.017	-	-	-	-	28.017	26.715

Do valor total de contas a receber R\$ 172.660 em 30/6/2011 (R\$ 143.603 em 31/12/2010) se referem a renegociações definidas.

Notas Explicativas

(a) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 6.001, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de junho de 2011. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003. As demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas até junho de 2011, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

(b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura”, dispôs no artigo 6º que “o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

Saldo em 31/12/2010	20
Apropriado no período	7
Atualizado no período	8
Amortizado no período	<u>(7)</u>
Saldo em 30/6/2011	<u>28</u>

(c) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

Notas Explicativas

5.2. Perda no valor recuperável

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Residencial	50.913	63.908
Industrial	33.027	27.995
Comércio, serviços e outras atividades	15.026	7.523
Rural	4.371	1.128
Poder público	177	212
Iluminação pública	16	17
Serviço público	83	188
Outras receitas	3.977	3.398
Subtotal	<u>107.590</u>	<u>104.369</u>
Movimentação:	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	104.369	89.030
Perdas no semestre/exercício	1.775	(987)
Recuperação de perdas	601	1.028
Complemento / reversão de provisão	845	15.298
Saldo no final do exercício	<u>107.590</u>	<u>104.369</u>

A perda no valor recuperável foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas baseadas no histórico de recuperação, cuja perda não é considerada como incorrida.

O valor de recebíveis vencidos e não provisionados em 30/6/2011 é de R\$ 164.903 e (R\$ 133.749 em 31/12/2010).

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

Notas Explicativas

6. TRIBUTOS CORRENTES A RECUPERAR

	Circulante		Não circulante	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a)	10.361	14.194	33.856	33.028
Contribuição social (a)	2.019	1.609	7.776	7.585
Subtotal	12.380	15.803	41.632	40.613
Outros impostos e contribuições a recuperar:				
ICMS (b)	50.662	47.965	43.530	47.367
(-) Ajuste a valor presente (b)	(2.517)	(2.592)	(9.388)	(10.270)
ICMS ajustado	48.145	45.373	34.142	37.097
COFINS (c)	-	-	10.023	-
FINSOCIAL (d)	-	-	4.585	4.585
Outros	706	641	-	-
Subtotal	48.851	46.014	48.750	41.682
Total	61.231	61.817	90.382	82.295

(a) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na Declaração de Ajuste Anual de 2010 e Anos-Calendarários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/09 (vide nota explicativa nº 16), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(b) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 meses. A Companhia procedeu ao cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume da recuperação a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(c) Refere-se a crédito tributário originário do pedido de revisão do REFIS pendente de decisão administrativa referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro de 1998 a janeiro de 1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro de 2006.

(d) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente a Pedido de Restituição de Finsocial recolhido na alíquota superior a 0,5% no período de novembro/1989 a março/93 conforme Leis 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Contra a última decisão que reconheceu como parcialmente o crédito, a companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

7.1. Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

Notas Explicativas

	30/6/2011		30/6/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	-	-	(4.920)	-
Impostos diferidos - variação líquida	9.454	8.644	(8.865)	(1.290)
	9.454	8.644	(13.785)	(1.290)

7.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	30/6/2011		30/6/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reconciliação para taxa efetiva				
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(96.517)	(96.517)	(59.110)	(59.110)
Adições(exclusões) Permanentes				
Gratificações	412	-	323	-
Doações	493	493	230	230
Multas indedutíveis	57.790	-	36.217	-
Despesas indedutíveis	32	13	-	-
Efeitos da Lei 11.638/2007	(18)	(18)	9.878	5.565
Reversão reserva sobre intangível	-	-	67.647	67.647
Outras	(10)	(10)	(46)	(3)
Subtotal	58.699	478	114.249	73.439
Base de cálculo dos impostos	(37.818)	(96.039)	55.139	14.329
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Receita(despesa) com impostos	9.454	8.644	(13.785)	(1.290)

7.3. Ativo fiscal diferido

Natureza	Não circulante			
	30/6/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para contingencias trabalhistas e cíveis	14.567	14.567	15.577	15.577
Provisão para devedores duvidosos	107.590	107.590	104.369	104.369
Provisão para outros créditos	36.897	36.897	36.896	36.896
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600	13.983	13.983	13.983	13.983
Prejuízos fiscais e base negativa	60.124	198.268	57.498	137.420
Ajustes da Lei 11.638/2007	14.199	14.199	14.608	14.608
Base de cálculo dos impostos diferidos	247.360	385.504	242.931	322.853
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	61.840	34.696	60.733	29.057

Notas Explicativas

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2013, conforme demonstrado abaixo:

2011	2012	2013	Total
35.698	43.129	17.709	96.536

7.4. Passivo fiscal diferido

Diferenças temporárias:

Natureza	Não circulante			
	30/6/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para passivos regulatórios	4.299	4.299	11.280	11.280
Ajustes da Lei 11.638/2007	14.793	14.793	16.979	16.979
Base de cálculo dos impostos diferidos	19.092	19.092	28.259	28.259
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante (outros)	4.773	1.718	7.065	2.543

Encargos de reavaliação:

Natureza	Não circulante			
	30/6/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reserva de reavaliação	1.345.140	1.345.140	1.345.140	1.345.140
(-) Reversão de reavaliação anterior	(320.430)	(320.430)	(320.430)	(320.430)
(-) Depreciação / baixas	(468.379)	(468.379)	(444.159)	(444.159)
Base de cálculo	556.331	556.331	580.551	580.551
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	139.082	50.070	145.137	52.250

7.5. Variação do saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	30/6/2011	31/12/2010	Varição
Impostos diferidos - ativo (diferenças temporárias)	96.536	89.790	6.746
Impostos diferidos - passivo (diferenças temporárias)	(6.491)	(9.608)	3.117
Impostos diferidos - passivo (encargos de reavaliação)	(189.152)	(197.387)	8.235
Total	(99.107)	(117.205)	18.098

Notas Explicativas

8. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20/1/2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no período:

Saldo em 31/12/2010	15.061
Valor provisionado	3.330
Valor homologado	18.321
Valor recebido	-
Saldo em 30/6/2011	36.712

9. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7/7/2009, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente a implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do Investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 473.617, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 288.957.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados em 30/6/2011, relativos a 1ª fase, o valor de R\$ 169.896 (R\$ 138.509 em 31/12/2010), sendo que a 2ª fase ainda não foi iniciada.

Notas Explicativas

10. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
Valores a recuperar de empregados	2.563	4.481	-	-
Desativações em curso (a)	61.035	34.773	-	-
Adiantamento diversos	508	851	-	-
Recolhimento a maior COFINS (b)	-	9.732	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.226	1.226
Garantia liquidação nas operações CCEE	1.744	24.047	-	-
Créditos em conta de energia elétrica	3.053	3.695	-	-
Custos de geração térmica	28.430	-	-	11.951
Outros créditos a receber	7.406	5.311	-	893
Total	104.739	82.890	1.226	14.070

(a) Refere-se as desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao ativo intangível ou realização.

(b) Em 31/3/2011 o saldo foi reclassificado para a rubrica de “tributos correntes” (vide nota explicativa nº 6).

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FI-FGTS”), representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), a DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. (“DENERGE”) e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia.

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente (mensal) esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Em 30/6/2011, a Companhia atingiu o limite operacional de captações para novas operações e não atendeu o indicador de Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) menor que 0,55. As captações posteriores ao não atendimento do indicador foram efetuadas após obtenção de anuência do FI-FGTS. Os demais limites operacionais do acordo foram atendidos.

As operações com o acionista não controlador, Eletrobrás, estão detalhadas na nota explicativa nº 17 – Empréstimos, financiamentos e encargos.

Notas Explicativas

11.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	Trimestre findo em:		Semestre findo em:	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
TRANSAÇÕES DE MÚTUOS				
Receitas financeiras	1.350	14.506	4.523	27.697
Despesas financeiras	(4.029)	(2.163)	(7.375)	(3.753)
SALDOS ATIVOS				
	Relacionamento		30/6/2011	31/12/2010
Não circulante				
Valores a recuperar:				
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada	-	-	34
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	-	-	92
				126
Alienação de bens e direitos (b):				
Rede Power do Brasil S.A.	Coligada		112.305	107.927
Total			112.305	108.053
SALDOS PASSIVOS				
Circulante				
Não circulante				
Valores a reembolsar:				
Caiuá Distribuição de Energia S.A	Coligada		2.047	2.283
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada		-	92
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada		-	51
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	Coligada		-	29
			2.047	2.455
Conta corrente (a):				
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Coligada		25.594	30.986
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Coligada		18.180	28.833
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada		20.413	22.889
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Coligada		7.906	10.412
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	Coligada		19.197	18.246
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada		11.060	22.594
			102.350	133.960
Total			104.397	136.415

(a) Conta corrente

• Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua, com remuneração sobre o saldo devedor calculado com base em 100% do CDI. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Notas Explicativas

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato.

A Companhia foi incluída no contrato na condição de mutuária, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

(b) Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo à alienação das participações societárias nas companhias Rede Lajeado Energia S.A., de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações, no valor de R\$ 76.124, com a anuência da ANEEL, dada através do Despacho nº 2.147 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 20/12/2005 e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações com a anuência da ANEEL, dada através do Despacho nº 683 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 3/4/2006.

Em novembro de 2007, através do primeiro termo aditivo ao Instrumento Particular de Venda e Compra de ações da Rede Lajeado Energia S.A. foi renegociada a remuneração e forma de pagamento adequando o respectivo encargo para IGP-M mais 2% a.a. e o pagamento em 12 parcelas anuais vencendo a 1ª em 26/6/2008. Este aditamento tem a anuência da ANEEL, dada através da Resolução Autorizativa nº 3.458 de 21/11/2007 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira publicado no DOU de 23/11/2007.

11.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, para o 1º semestre de 2011, que corresponde a benefícios de curto prazo, foi de R\$ 1.868 (R\$ 1.615 no 1º semestre de 2010) e, o valor correspondente a benefícios pós-emprego, foi de R\$ 32 (R\$ 27 no 1º semestre de 2010).

No 1º semestre de 2011 não houveram benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

12. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Tesouro Nacional (a)	16.530	18.227
Total	<u>16.530</u>	<u>18.227</u>

Notas Explicativas

(a) Refere-se à caução dada em garantia dos empréstimos com o Tesouro Nacional, a qual é corrigida pela taxa de juros de 0,81% a.a., mais taxa Libor semestral e variação cambial, sendo a data de vencimento em 11/4/2024.

13. INVESTIMENTOS

Propriedades para investimentos avaliadas a custo:	30/6/2011	31/12/2010
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.164	20.199
Terrenos	1.422	1.423
Outros investimentos	4.100	4.160
Total	25.686	25.782

Refere-se aos bens destinados a uso futuro, em conformidade com o processo de desverticalização adotado pela Companhia e de acordo com a proposta apresentada à ANEEL.

14. ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	30/6/2011	31/12/2010
Ativo financeiro	347.504	275.831
Ativo intangível	2.212.436	2.053.208
Total	2.559.940	2.329.039

Notas Explicativas

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/6/2011</u>
Em serviço:					
Custo					
Geração	25.754	-	(131)	1.190	26.813
Distribuição	3.701.423	-	(56.508)	274.127	3.919.042
Comercialização	20.861	-	-	33	20.894
Administração	80.489	-	-	4.408	84.897
Subtotal	3.828.527	-	(56.639)	279.758	4.051.646
(-) Obrigações vinc. à concessão	(924.738)	(81)	-	(41.098)	(965.917)
Total do custo	2.903.789	(81)	(56.639)	238.660	3.085.729
(-) Amortização					
Geração	(6.989)	(570)	26	(141)	(7.674)
Distribuição	(1.022.133)	(89.827)	8.918	(38)	(1.103.080)
Comercialização	(7.468)	(421)	-	-	(7.889)
Administração	(44.706)	(3.194)	-	179	(47.721)
Subtotal	(1.081.296)	(94.012)	8.944	-	(1.166.364)
Obrigações vinc. à concessão	77.151	20.899	-	-	98.050
Total da amortização	(1.004.145)	(73.113)	8.944	-	(1.068.314)
Total em serviço	1.899.644	(73.194)	(47.695)	238.660	2.017.415
Em Curso:					
Geração	4.484	632	(25)	(544)	4.547
Distribuição	789.197	371.005	(11.559)	(271.891)	876.752
Comercialização	229	31	-	(32)	228
Administração	18.924	12.078	(788)	(7.291)	22.923
Subtotal	812.834	383.746	(12.372)	(279.758)	904.450
Obrigações vinc. à concessão	(383.439)	(34.742)	15.158	41.098	(361.925)
Total em curso	429.395	349.004	2.786	(238.660)	542.525
Total	2.329.039	275.810	(44.909)	-	2.559.940

Notas Explicativas

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que os compõe:

			30/6/2011		31/12/2010	
			Valor líquido		Valor líquido	
	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro
Em serviço:						
Terrenos	19.277	-	-	19.277	-	19.001
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.226	(42.422)	51.959	18.845	47.658	16.140
Máquinas e equipamentos	3.865.738	(1.098.252)	2.436.899	330.587	2.378.203	261.895
Veículos	18.193	(8.806)	9.387	-	5.176	-
Móveis e utensílios	8.542	(5.004)	3.538	-	3.505	-
Servidões (a)	10.606	-	-	10.606	5.048	10.606
Softwares (b)	16.064	(11.880)	4.184	-	-	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(965.917)	98.050	(836.056)	(31.811)	(815.775)	(31.811)
Subtotal	3.085.729	(1.068.314)	1.669.911	347.504	1.623.815	275.831
Em curso:						
Terrenos	778	-	778	-	1.015	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.023	-	3.023	-	1.872	-
Máquinas e equipamentos	668.409	-	668.409	-	580.039	-
Veículos	4.880	-	4.880	-	5.458	-
Móveis e utensílios	1.613	-	1.613	-	1.301	-
Material em depósito	93.383	-	93.383	-	104.159	-
Servidões (a)	650	-	650	-	258	-
Softwares (b)	14.703	-	14.703	-	10.925	-
Outros	117.011	-	117.011	-	107.807	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(361.925)	-	(361.925)	-	(383.441)	-
Subtotal	542.525	-	542.525	-	429.393	-
Total	3.628.254	(1.068.314)	2.212.436	347.504	2.053.208	275.831

(a) Servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizados, apenas sujeitos a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

(b) Software: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados através de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

						30/6/2011	31/12/2010
	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	Valor líquido
							Valor líquido
Em serviço:							
Geração	2,15%	26.813	(3.682)	(7.674)	15.457	(54)	15.403
Distribuição	2,30%	3.919.042	(332.152)	(1.103.080)	2.483.810	(867.330)	1.572.351
Comercialização	3,78%	20.894	(5.666)	(7.889)	7.339	(237)	7.491
Administração	2,01%	84.897	(6.004)	(47.721)	31.172	(246)	28.910
Subtotal		4.051.646	(347.504)	(1.166.364)	2.537.778	(867.867)	1.669.911
Em curso:							
Geração		4.547	-	-	4.547	-	4.547
Distribuição		876.752	-	-	876.752	(361.925)	405.755
Comercialização		228	-	-	228	-	230
Administração		22.923	-	-	22.923	-	18.924
Subtotal		904.450	-	-	904.450	(361.925)	429.393
Total		4.956.096	(347.504)	(1.166.364)	3.442.228	(1.229.792)	2.212.436

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367/2009, sendo as seguintes:

	Taxas anuais de amortização %		Taxas anuais de amortização %
Geração:		Comercialização:	
Equipamento geral	10,00	Equipamento geral	10,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	4,00
Turbina hidráulica	2,50		
Distribuição:		Administração central:	
Barra de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	20,00
Chave de distribuição	3,30 - 6,70	Equipamento geral	10,00
Condutor do sistema	2,50 - 5,00		
Estrutura do sistema	2,50 - 5,00		
Regulador de tensão	3,50 - 4,80		
Transformador de distribuição	5,00		

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Notas Explicativas

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

- As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
Participação do consumidor	(45.957)	(45.204)	(728)	(728)	(46.685)	(45.932)
Participação da União	(6.257)	(6.365)	(237)	(237)	(6.494)	(6.602)
Participação do Estado	(3.142)	(2.789)	(101)	(101)	(3.243)	(2.890)
Participação dos Municípios	(59.771)	(60.561)	(2.005)	(2.005)	(61.776)	(62.566)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(2.397)	(2.427)	(99)	(99)	(2.496)	(2.526)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(39)	(50)	(4)	(4)	(43)	(54)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(81)	(86)	(3)	(3)	(84)	(89)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(907.942)	(942.254)	(28.634)	(28.634)	(936.576)	(970.888)
Outros	(172.395)	(139.480)	-	-	(172.395)	(139.480)
Total	(1.197.981)	(1.199.216)	(31.811)	(31.811)	(1.229.792)	(1.231.027)

Reavaliação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 183/1995, item 15, a Companhia procedeu a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29/7/2005 aprovou a nomeação das empresas especializadas Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes e Stima Engenharia Ltda. e o

Notas Explicativas

respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, em que constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31/5/2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento
Geração	22.819	15.709	7.110
Distribuição	1.497.612	934.207	563.405
Comercialização	13.870	8.982	4.888
Administração	52.726	43.160	9.566
Total	1.587.027	1.002.058	584.969
Impostos diferidos			(196.055)
Reavaliação anterior			295.652
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(3.021)
Realização da reserva de reavaliação - líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas)			(309.130)
Reserva de reavaliação registrada no Patrimônio Líquido em 30/6/2011			372.415

O efeito no resultado do 1º semestre de 2011, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$ 15.985, líquido dos efeitos tributários (R\$ 15.979 no 1º semestre de 2010).

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2010, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o semestre findo em 30/6/2011 não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Para 30/6/2011 os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

Notas Explicativas**15. FORNECEDORES**

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Suprimento de energia elétrica	126.362	91.416
Energia livre - CCEE	9.237	9.237
Aquisição de combustível	140.986	67.856
Encargos de uso da rede elétrica	12.302	4.231
Materiais e serviços	74.597	69.793
Total	<u>363.484</u>	<u>242.533</u>

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações fiscais Federais:				
IRRF	863	-	-	-
Previdência social	3.537	4.147	-	-
FGTS	605	818	-	-
PIS	4.029	6.144	-	-
COFINS	18.555	28.300	-	-
Outros	1.137	2.251	-	-
Subtotal	<u>28.726</u>	<u>41.660</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (b)	52.977	63.024	129.121	145.807
Parcelamento ordinário - PIS (c)	4.828	3.507	17.903	9.810
Parcelamento ordinário - COFINS (c)	22.237	16.020	83.075	45.228
Parcelamento ordinário - CPMF(c)	1.161	1.595	9.346	9.203
Outros	-	-	175	175
Subtotal	<u>81.203</u>	<u>84.146</u>	<u>239.620</u>	<u>210.223</u>
Total de obrigações fiscais Federais	<u>109.929</u>	<u>125.806</u>	<u>239.620</u>	<u>210.223</u>
Obrigações fiscais Estaduais:				
ICMS	106.224	42.974	-	-
Parcelamentos:				
ICMS (a)	45.821	41.816	38.383	52.749
Total de obrigações fiscais Estaduais	<u>152.045</u>	<u>84.790</u>	<u>38.383</u>	<u>52.749</u>
Obrigações fiscais Municipais:				
ISS	42	666	-	-
Total de obrigações fiscais Municipais	<u>42</u>	<u>666</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de obrigações fiscais	<u>262.016</u>	<u>211.262</u>	<u>278.003</u>	<u>262.972</u>

(a) Parcelamento concedido pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará com prazos de amortização de 36 meses, com parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 30/8/2009 e a última parcela vencendo em 30/7/2012, sendo corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC mais 1%.

Notas Explicativas

(b) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e Dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30/11/2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em função da adesão da companhia , em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941, de 27/5/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Em 29/06/2011, a companhia concluiu a etapa final da consolidação das modalidades de parcelamento previstas nos arts. 1º e 3º da Lei 11941/2009, com as informações dos montantes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para a liquidação de multas e juros , indicação dos débitos passíveis de parcelamento e do número de parcelas.

	Tributos			Total
	RFB	PGFN	Previdência Social	
Saldo consolidado em 31/12/2010	120.038	74.192	14.601	208.831
Encargos	(3.066)	4.620	(297)	1.257
Amortizações	(18.326)	(9.574)	(90)	(27.990)
Saldo consolidado em 30/6/2011	98.646	69.238	14.214	182.098

(c) Parcelamento ordinário – Parcelamento concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - referente saldo devedor de PIS, COFINS e CPMF, protocolado em 25/11/2009, o qual será pago em 60 parcelas mensais, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, cujo primeiro pagamento ocorreu em 25/11/2009 e o último está previsto para ser liquidado em 30/10/2014.

Notas Explicativas**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****17.1. Composição**

	30/06/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	16.939	177.784	454	193.946
BNDES - PRÉ	2.988	43.537	56	46.440
Eletrobrás	62.063	268.963	34.447	293.900
FINAME	1.966	3.660	1.608	2.228
Capital de giro - CDI	238.299	263.001	417.085	241.230
Capital de giro - IPCA	20.252	18.056	16.667	26.389
Capital de giro - PRÉ	37.202	-	45.410	6.500
FNO	2.212	80.959	341	62.598
FDE	817	1.226	795	1.546
Total moeda nacional	382.738	857.186	516.863	874.777
Moeda estrangeira:				
BID	117.387	-	53.622	97.735
Units Notes	9.757	-	10.774	10.053
Tesouro Nacional	3.346	31.383	3.519	35.111
Capital de Giro	3.073	390.275	-	-
Subtotal	133.563	421.658	67.915	142.899
(-) Custo de transação	(1.884)	(6.505)	(169)	(20)
Total moeda estrangeira	131.679	415.153	67.746	142.879
Total geral	514.417	1.272.339	584.609	1.017.656
Principal	491.490	1.278.844	569.724	1.017.676
Encargos	22.927	(6.505)	14.885	(20)

17.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	30/06/2011		31/12/2010	
		%		%
Moeda nacional:				
URTJLP	196.657	15,86	194.400	13,97
UFIR	331.026	26,70	328.348	23,59
CDI	501.301	40,43	658.315	47,30
IPCA	38.307	3,09	43.056	3,09
TJLP	5.194	0,42	6.176	0,44
PRÉ-FIXADO	167.439	13,50	161.345	11,59
Subtotal	1.239.924	100,00	1.391.640	100,00
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	13.361	2,41	65.393	31,02
PRÉ-FIXADO	541.860	97,59	145.421	68,98
	555.221	100,00	210.814	100,00
Custo de Transação	(8.389)		(189)	
Subtotal	546.832		210.625	
Total	1.786.756		1.602.265	

Notas Explicativas

17.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

Moeda nacional:

a. Eletrobrás: recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a..

b. Eletrobrás: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização dos contratos será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em maio/2022, com encargos de 6% a.a.. Em junho/2010 foi liberado R\$ 11.324 através do contrato ECF-2812/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em junho/2023 com encargos de 7,0% a.a..

c. BNDES: em dezembro/2009 foi firmado contrato com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, com taxa média de 4,07% a.a. acima da variação da TJLP e taxa pré-fixada de 4,50% a.a., vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até junho/2011 foram liberados R\$ 240.385.

d. FNO: em dezembro/2008 e agosto/2009 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, através do Banco da Amazônia no valor total de R\$ 118.067, ao custo de 8,5% a.a.; com prazo máximo de 180 meses, sendo 38 meses de carência e 142 para amortização do principal, vencendo a última parcela em janeiro/2024. Até junho/2011 foram liberados R\$ 82.789.

e. FDE: em dezembro/2003 e março/2004 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, através do Banco do Estado do Pará no valor total de R\$ 2.627, ao custo de 6,0% a.a. acima da TLJP; com prazo máximo de 120 meses, sendo 36 meses de carência e 84 para amortização do principal, vencendo a última parcela em março/2014.

f. Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a., mais taxa Libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

g. Capital de giro: As operações de capital de giro são indexadas a CDI e IPCA e pré-fixadas, com amortização mensal, e vencimento da última parcela em agosto/2015.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 4,55% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 11,00% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 20,51% a.a.

Moeda estrangeira:

a. Empréstimo Unit Note: em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos a “Unit Note”, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 19). Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$

Notas Explicativas

31.899 milhões, correspondentes a R\$ 61.231.

Esta operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,06% a.a que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme a Deliberação CVM nº 556/08. Durante o 1º semestre de 2011 foram amortizados R\$ 86.

b. Empréstimo – BID: em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”); e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquida o, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortiza o do principal. A parte “B” terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquida o, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortiza o. As amortiza es serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A   de Libor acrescida de spread de 3,87% a.a. e a parte B de Libor acrescida de spread de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira libera o da opera o foi protegido contra as oscila es da varia o cambial por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa n  19).

c. Capital de Giro – BOND’s: em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$ 250.000 com taxa de 10,50% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os BOND’s são negociados na Irish Stock Exchange (Bolsa de Valores da Irlanda). Os recursos desta opera o serão utilizados para pagamentos de opera es de curto prazo e com custos mais altos. A utiliza o dos recursos até o final de junho/2011   a seguinte:

Valor liberado	395.987
Comissão de estrutura�o	(8.286)
Liquida�o antecipadas de contratos	(224.882)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jun/2011	(28.037)
Antecip�o de parcelas com vencimento em jul/2011	(13.191)
Saldo disponível	121.591

Esta opera o tem uma taxa de juros efetiva de 10,92% a.a. que contempla os custos de transa o que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme delibera o CVM n  556/08. Durante o 1º semestre de 2011 foram amortizados R\$ 602.

Os custos das transa es Unit Note e Bond's a serem amortizados são:

Vencimento:			30/6/2011	31/12/2010
	Unit Note	Bond's	Total	Total
2011	83	958	1.041	169
2012	20	1.657	1.677	20
2013	-	1.657	1.657	-
2014	-	1.657	1.657	-
2015	-	1.657	1.657	-
2016	-	700	700	-
Total	103	8.286	8.389	189

17.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, avais do acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

Notas Explicativas**17.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)**

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo de Transação	30/06/2011	31/12/2010
	2012	155.799	714	(834)	155.679
2013	214.207	1.428	(1.657)	213.978	205.463
2014	129.123	714	(1.657)	128.180	142.349
2015	83.451	-	(1.657)	81.794	92.655
2016	79.738	390.275	(700)	469.313	77.615
2017	77.881	-	-	77.881	75.981
2018	44.254	-	-	44.254	42.354
2019	33.884	-	-	33.884	34.998
2020	12.060	-	-	12.060	10.347
2021	10.357	-	-	10.357	8.645
2022	8.457	-	-	8.457	7.163
2023	7.399	-	-	7.399	5.779
2024	576	28.527	-	29.103	30.881
Total	857.186	421.658	(6.505)	1.272.339	1.017.656

17.6. Movimentação

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2010	516.863	874.777	67.746	142.879	1.602.265
Ingressos	277.025	156.277	-	395.987	829.289
Encargos	79.768	-	9.942	-	89.710
Varição monetária e cambial	1.775	938	(7.083)	(9.885)	(14.255)
Transferências	174.806	(174.806)	107.344	(107.344)	-
Pagamentos de principal	(594.959)	-	(37.040)	-	(631.999)
Pagamentos de juros	(72.540)	-	(7.514)	-	(80.054)
Custo de transação	-	-	-	(8.286)	(8.286)
Transferência de custo de transação	-	-	(1.802)	1.802	-
Apropriação de custo de transação	-	-	86	-	86
Saldo em 30/6/2011	382.738	857.186	131.679	415.153	1.786.756

18. FINANCIAMENTO POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO**18.1. Composição**

	30/06/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
Arrendamento mercantil	6.354	6.545	4.056	6.776
Total moeda nacional	6.354	6.545	4.056	6.776
Principal	6.277	6.545	4.000	6.776
Encargos	77	-	56	-

Notas Explicativas

18.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	<u>30/06/2011</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>%</u>
Moeda nacional:				
CDI	11.924	92,44	10.774	99,46
PRÉ-FIXADO	975	7,56	58	0,54
Total	<u>12.899</u>	<u>100,00</u>	<u>10.832</u>	<u>100,00</u>

18.3. Detalhamento dos arrendamentos

Contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas pré-fixadas ou indexadas ao CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em fevereiro/2014.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 2,92% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 12,77% a.a.

A dívida total a valor presente dos arrendamentos mercantis em 30/6/2011 é de R\$ 12.899 e os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento:	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2011	3.255	4.056
2012	5.828	4.144
2013	3.667	2.632
2014	149	-
Total	<u>12.899</u>	<u>10.832</u>

18.4. Movimentação

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2010	4.056	6.776	10.832
Ingressos	-	4.061	4.061
Encargos	909	-	909
Transferências	4.292	(4.292)	-
Pagamentos de principal	(2.711)	-	(2.711)
Pagamentos de juros	(192)	-	(192)
Saldo em 30/6/2011	<u>6.354</u>	<u>6.545</u>	<u>12.899</u>

18.5. Arrendamentos mercantis operacionais

No 1º semestre de 2011 a Companhia pagou um montante de R\$ 4.473 referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício nas rubricas Outros Custos de Operações e Despesas Gerais e Administrativas. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

Vencimento:	R\$
Até 1 ano	2.097
de 1 a 5 anos	1.439
Total	3.536

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão diretamente com instituições financeiras, em sua maioria, de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia não possui verificadores nem chamada de margens, sendo liquidados integralmente no vencimento.

a. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio das superintendências financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia.

b. Obrigações expostas a variação cambial

Através da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, contratos de Swap, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos, Unit Notes e BID.

Notas Explicativas

c. Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de outros ativos e passivos

Operações passivas			Valor nocial 2011	Custo amortizado		Valor justo	
Objetivo de "hedge" de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento		30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
"Swap" BID							
Banco Société Générale		Ago/11 a Mai/12	17.632	(17.918)	(23.174)	(17.212)	(22.749)
Ponta ativa	USD + 0%			12.584	19.994	12.789	20.693
Ponta passiva	IGPM + 4,88%			30.502	43.168	30.001	43.442
Banco Itaú BBA S.A.		Ago/11 a Mai/15	40.858	(40.976)	(47.909)	(39.125)	(46.796)
Ponta ativa	USD + 0%			28.940	41.982	30.080	44.115
Ponta passiva	IGPM + 4,46%			69.916	89.891	69.205	90.911
Unibanco S.A.		Ago/11 a Mai/15	49.562	(49.159)	(46.405)	(46.807)	(45.831)
Ponta ativa	USD + 0%			35.373	41.260	38.554	45.129
Ponta passiva	IGPM + 4,60%			84.532	87.665	85.361	90.960
Total BID				(108.053)	(117.488)	(103.144)	(115.376)
"Swap" UNIT NOTES (b)							
Unibanco S.A.		Fev/12	17.793	(19.760)	(33.821)	(19.088)	(33.692)
Ponta ativa	USD + 0%			13.108	27.770	13.400	28.516
Ponta passiva	IGPM + 5,70%			32.868	61.591	32.488	62.208
Merrill Lynch		Fev/12	17.817	(17.495)	(30.074)	(16.579)	(29.391)
Ponta ativa	USD + 0%			13.108	27.770	13.400	28.516
Ponta passiva	IGPM + 4,20%			30.603	57.844	29.979	57.907
Total UNIT NOTES				(37.255)	(63.895)	(35.667)	(63.083)
"Swap" CAPITAL DE GIRO							
Banco ABC S.A.				-	(1)	-	(48)
Ponta ativa	CDI + 4,2818%			-	5.463	-	5.574
Ponta passiva	CDI + 6,1677%			-	5.464	-	5.622
Total Capital de Giro				-	(1)	-	(48)
TOTAL GERAL				(145.308)	(181.384)	(138.811)	(178.507)
Passivo circulante				-	-	(93.049)	(81.769)
Passivo não circulante				-	-	(45.762)	(96.738)

(a) Para maiores informa es sobre as d vidas em questão vide nota explicativa n  17.

(b) Devido ao pagamento antecipado da dívida, o valor nocial do swap   superior a dívida (vide nota explicativa n  17).

Vencimento das parcelas do não circulante:

Vencimento:	30/06/2011	31/12/2010
2012	7.043	62.108
2013	14.851	12.942
2014	16.143	14.530
2015	7.725	7.158
Total	45.762	96.738

d. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia possui apenas opera es de Swap, não possuindo outros instrumentos derivativos. Para a apura o do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cáculo do valor justo

Notas Explicativas

baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&F. A mensuração é considerada nível 2 na hierarquia do valor justo.

e. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional: Corresponde a reestruturação da dívida externa (vide nota explicativa nº 17), atualizados de acordo com a variação das taxas Libor, Taxa Pré-fixada e variação do dólar, com amortização mensal e vencimento em abril de 2024.

Os administradores da Companhia não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuírem investimentos em Bônus de Descontos e Bônus ao Par (Bônus emitidos pela União) que estão expostos a variação do dólar, possuem vencimentos idênticos ao valor da dívida e serão utilizados para quitar a dívida. Os referidos estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica cauções e depósitos vinculados (vide nota explicativa nº 12).

Capital de Giro – BOND'S: Conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia através de Reunião de 13/6/2011, foi adiada a contratação de mecanismos de proteção de crédito (contratação de Hedge) para esta operação, até que seja integralmente internado o valor da emissão, bem como, até que a Diretoria Executiva da Companhia apresente estudos e análises de propostas, em reunião a ser convocada para esse fim no prazo máximo de 60 dias contados da data da RCA.

f. Teste de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 é apresentado a seguir o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições com derivativos abertas dos contratos de Swap em 30/6/2011. Os Swaps da Companhia, em sua maioria, celebram uma troca de fluxos de caixa, na qual ela se compromete a pagar a variação do IGP-M, recebendo a variação do dólar.

Como estas operações visam proteger dívidas vinculadas a moeda estrangeira, a ponta cambial não apresenta riscos significativos, pois eventuais alterações serão compensadas pela dívida subjacente. Logo, a variável que pode gerar prejuízos e que será sensibilizada é o IGP-M, embora a liquidação, quando ocorrer, será pela diferença entre as pontas.

Devido a natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável é utilizada as condições consideradas como prováveis pela Administração, estas foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&F para cada vencimento, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

Notas Explicativas

		30/6/2011		
Objetivo de "hedge" de risco de mercado	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
"Swap" BID				
Banco Société Générale	IGPM + 4,88%	(1.754)	(1.881)	(2.008)
Banco Itaú BBA S.A.	IGPM + 4,46%	(7.107)	(7.924)	(8.742)
Unibanco S.A.	IGPM + 4,60%	(17.824)	(20.340)	(22.856)
Total BID		(26.685)	(30.145)	(33.606)
"Swap" notes units				
Unibanco S.A.	IGPM + 5,70%	(2.266)	(2.447)	(2.628)
Merril Lynch	IGPM + 4,20%	(2.091)	(2.258)	(2.425)
Total notes		(4.357)	(4.705)	(5.053)
Total geral		(31.042)	(34.850)	(38.659)

19.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez, assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

	Nota	Categoria	30/6/2011		31/12/2010	
			Contábil	Valor de mercado	Contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	4	Recebíveis	282.873	282.873	457.209	457.209
Consumidores	5	Recebíveis	656.918	656.918	634.426	634.426
Títulos a receber	-	Recebíveis	4.682	4.682	7.291	7.291
Partes relacionadas	11	Recebíveis	112.305	112.305	108.053	108.053
Ativo financeiro - bens da concessão	14	Recebíveis	347.504	347.504	275.831	275.831
Sub-rogação CCC	9	Recebíveis	169.896	169.896	138.509	138.509
Passivos financeiros						
Fornecedores	15	Mensurado pelo custo amortizado	363.484	363.484	242.533	242.533
Empréstimos e financiamentos	17	Mensurado pelo custo amortizado	1.786.756	1.787.073	1.602.265	1.599.141
Financiamento por arrendamento mercantil	18	Mensurado pelo custo amortizado	12.899	12.899	10.832	10.832
Partes relacionadas	11	Mensurado pelo custo amortizado	104.397	104.397	136.415	136.415
Operações de sw ap	19	Valor justo através do resultado	138.811	138.811	178.507	178.507
Indenizações trabalhistas	24	Mensurado pelo custo amortizado	145.122	145.122	176.107	176.107

19.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

Notas Explicativas

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 5.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 5.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, que possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre através da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, conseqüentemente, contratação de hedge, em sua maioria, junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

As operações de hedge cambial estão atreladas, em sua maioria, ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia. O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o swap cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do Unit Notes (vide nota explicativa nº 17).

Os principais risco de mercado que podem afetar o resultado da Companhia é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável são utilizadas as condições consideradas como prováveis pela Administração, as quais foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

Para os ativos e passivos financeiros foi fixado um período de um ano para verificação do impacto no resultado financeiro, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Com relação aos derivativos, representados por swaps que visam proteger dívidas em moeda estrangeira, a ponta passiva foi sensibilizada no item "f - teste de sensibilidade", enquanto a ponta ativa se encontra sensibilizada no quadro a seguir:

- **Risco cambial**

	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (alta de 25%)</u>	<u>Cenário remoto (alta de 50%)</u>
Ativos Financeiros			
Recebíveis	1.450	5.943	10.436
Passivos Financeiros			
Mensurado pelo valor justo através do resultado	9.498	38.928	68.358
Mensurado pelo custo amortizado	(48.728)	(199.716)	(350.703)
Total	<u>(37.780)</u>	<u>(154.845)</u>	<u>(271.909)</u>

Notas Explicativas

• Risco de indexadores

	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
Recebíveis	920	6.759	12.599
Passivos Financeiros			
Mensurado pelo custo amortizado	(2.681)	(22.790)	(42.899)
Total	(1.761)	(16.031)	(30.300)

c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

As análises quanto aos passivos financeiros, por faixas de vencimento, encontram-se em suas respectivas notas explicativas.

d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente (mensal) esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Em 30/6/2011, a Companhia não atendeu os indicadores de Dívida Total/EBITDA menor que 3,50; Dívida Total/(Dívida Total + Patrimônio Líquido) menor que 0,60; Dívida Total de Curto Prazo/EBITDA menor que 0,75, referentes ao contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cujo montante é de R\$ 117.387 (vide nota explicativa nº 17). A Companhia tomou providências imediatas, no entanto não recebeu a carta de consentimento em tempo hábil ao encerramento destas informações, vindo a recebê-la em 8/8/2011 com as pertinentes aprovações.

19.3. Gerenciamento de riscos relacionados à Companhia e suas operações

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do

Notas Explicativas

despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

b. Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

20. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	4.064	875
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	39.070	6.512
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	13.627	4.551
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.884	-
Total	<u>62.645</u>	<u>11.938</u>

As taxas regulamentares em atraso foram quitadas integralmente em 18/7/2011, através do Termo de Confissão de Dívida firmado junto a Eletrobrás, por meio de dação em pagamentos de créditos de CCC e Baixa Renda.

21. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	528	451	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	264	225	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.985	13.087	14.945	12.705
Programa de Eficiência Energética - PEE	14.178	19.742	27.701	22.572
Total	<u>27.955</u>	<u>33.505</u>	<u>42.646</u>	<u>35.277</u>

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Notas Explicativas

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D através da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS - TRABALHISTAS

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisões sobre folha de pagamento	9.623	7.001
Provisão de encargos sociais sobre folha de pagamento	3.561	2.590
Total	<u>13.184</u>	<u>9.591</u>

23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Está representada como segue:

	<u>30/6/2011</u>			<u>31/12/2010</u>		
	<u>Provisão</u>		<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>		<u>Depósitos judiciais</u>
	<u>No exercício</u>	<u>Saldo</u>		<u>No exercício</u>	<u>Saldo</u>	
Cíveis - Consumidores (a)	(111)	3.158	6.438	(17)	3.269	6.213
Trabalhistas (b)	(909)	11.409	24.266	(536)	12.318	20.419
Fiscais e tributárias:						
PIS	-	-	-	-	-	703
Total	<u>(1.020)</u>	<u>14.567</u>	<u>30.704</u>	<u>(553)</u>	<u>15.587</u>	<u>27.335</u>

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>3.269</u>	<u>12.318</u>	<u>-</u>	<u>15.587</u>
Constituição	-	-	-	-
Baixas/reversão	(111)	(909)	-	(1.020)
Atualização	-	-	-	-
Saldo em 30/6/2011	<u>3.158</u>	<u>11.409</u>	<u>-</u>	<u>14.567</u>

Contingências passivas possíveis de perda (c):	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
31/12/2010	3.175	4.683	-	7.858
30/6/2011	3.092	4.242	-	7.334

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou

Notas Explicativas

decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações.

(c) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

24. INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

Vencimento	Circulante			
			Total	
	PCCS	Plano Bresser	30/6/2011	31/12/2010
2011	10.392	29.650	40.042	81.950
2012	10.392	38.828	49.220	-
Ajuste a valor presente (a)	(4.047)	(1.298)	(5.345)	(3.854)
Total	16.737	67.180	83.917	78.096

Vencimento	Não circulante			
			Total	
	PCCS	Plano Bresser	30/6/2011	31/12/2010
2012	10.392	53.764	64.156	108.259
Ajuste a valor presente (a)	(2.644)	(307)	(2.951)	(10.248)
Total	7.748	53.457	61.205	98.011

(a) A Companhia procedeu ao cálculo do AVP projetando as parcelas da dívida pela taxa INPC/IBGE e descontando pela taxa SELIC projetada segundo a expectativa apresentada no boletim FOCUS. Foi elegida a taxa SELIC projetada como taxa de desconto por se considerar que esta reflete os juros compatíveis com a natureza, riscos da dívida, levando em conta as taxas de mercado praticadas na data da transição da Lei nº 11.638/2007. Tendo em vista a natureza e complexidade dos cálculos da indenização, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foram omitidas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

Notas Explicativas

Plano Bresser

Em 21/12/2004 a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho de 1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 370.000, sujeito à atualização pela variação acumulada do INPC/IBGE, pagáveis mensalmente até 25/8/2012.

No 2º trimestre de 2011 o impacto no resultado da Companhia relativo à atualização monetária foi de R\$ 3.390 (R\$ 2.214 no 2º trimestre de 2010), perfazendo um total acumulado no 1º semestre de 2011 de R\$ 8.104 (R\$ 6.955 no 1º semestre de 2010).

Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)

Em 18/12/2008 foi homologado o acordo entre a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 75.000, sujeito a atualização anual pela variação acumulada do INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

25. OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
Convênios de arrecadação	3.134	3.060	-	-
Adto. de consumidor - Simara - Siderúrgica Marabá	4.168	5.972	-	-
Adto. de consumidor - diversos	3.011	1.396	-	6.240
Conta paga em duplicidade	10.242	9.567	-	-
Encargo de capacidade emergencial	1.540	1.554	-	-
Secretaria da Receita Federal - Honorários Jurídicos (a)	1.156	1.156	-	-
C.R.Almeida S.A. - Engenharia e Construções (b)	30.401	24.807	10.821	18.357
Encargos ex-isolados	792	2.340	-	-
Subvenção PIS - CCC	-	-	7.654	5.731
Subvenção COFINS - CCC	-	-	35.257	26.398
Outros	5.781	4.702	3.097	3.084
Total	60.225	54.554	56.829	59.810

(a) Corresponde a Honorários Jurídicos da Ação Ordinária nº 95.72436-2, Processo 2002.39.0003250-2 junto a PGFN a serem pagos em 27 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela taxa SELIC.

(b) Refere-se ao parcelamento da ação ordinária de indenização de autos nº 1993.1.002606-0 junto à C.R. Almeida S.A. – Engenharia e Construções, a ser pago em 50 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 6% ao ano.

Notas Explicativas

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital Social

O capital social da Companhia em 30/6/2011 é de R\$ 518.932 (R\$ 518.932 em 31/12/2010), e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias		Preferenciais						Total	
		%	A	%	B	%	C	%		%
QMRA	32.656.151	54,98	45.395	2,10	-	-	25.466	2,12	32.727.012	51,26
Eletrobrás	20.664.721	34,79	121.339	5,60	1.074.634	99,01	-	-	21.860.694	34,24
Rede Energia	6.061.329	10,20	300.617	13,87	2	-	90.437	7,53	6.452.385	10,11
Outros	15.295	0,03	1.699.465	78,43	10.737	0,99	1.085.346	90,35	2.810.843	4,39
Total	59.397.496	100,00	2.166.816	100,00	1.085.373	100,00	1.201.249	100,00	63.850.934	100,00

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos será efetuada observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma:

- Os titulares das ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no "caput" desse artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais;
- Não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos para as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe;
- Após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e à medida que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas que possuem ações ordinárias receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições;
- Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais. O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

Ações preferenciais classe "A" - 6%

Ações preferenciais classe "B" - 10%

Ações preferenciais classe "C" - 3%

26.2. Outros resultados abrangentes

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reserva de reavaliação	372.416	388.400
	<u>372.416</u>	<u>388.400</u>

Notas Explicativas

27. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Dividendos:

Saldo em 31/12/2010	34.491
Dividendos pagos	(1.561)
Saldo em 30/6/2011	32.930

Juros sobre capital próprio (JCP):

Saldo em 31/12/2010	334
JCP pagos	(128)
Saldo em 30/6/2011	206

Total Dividendos e Juros sobre Capital Próprio em 30/6/2011	33.136
--	---------------

Notas Explicativas**28. RESULTADO BRUTO**

	30/6/2011	30/6/2010
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Fornecimento de energia elétrica	791.038	659.267
Disponibilização do sistema de distribuição	440.975	457.645
Suprimento de energia elétrica	7.987	1.438
Receita de construção (a)	400.173	162.333
Outras receitas	9.519	8.834
Total da receita bruta de vendas	1.649.692	1.289.517
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Tributos diretos:		
ICMS	(258.688)	(231.395)
PIS	(20.862)	(18.520)
COFINS	(96.090)	(85.303)
Subtotal	(375.640)	(335.218)
Encargos do consumidor:		
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(6.378)	(7.157)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(39.070)	(23.723)
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(6.922)	(5.189)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.534)	(1.497)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.534)	(1.497)
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(767)	(749)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(3.835)	(3.741)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(2.313)	-
Subtotal	(62.353)	(43.553)
Total das deduções da receita bruta	(437.993)	(378.771)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.211.699	910.746
CUSTO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(410.136)	(352.872)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(55.350)	(45.204)
	(465.486)	(398.076)
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal	(32.800)	(35.707)
Material	(2.418)	(6.092)
Materia prima e insumos p/produção energia elétrica	(111.084)	(110.343)
Serviços de terceiros	(73.902)	(75.149)
Depreciação e amortização	(65.309)	(55.974)
Subvenções CCC	121.407	100.407
Custo de construção (a)	(400.173)	(162.333)
Outros	(5.389)	(1.946)
	(569.668)	(347.137)
RESULTADO BRUTO	176.545	165.533

(a) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

Notas Explicativas

28.1. Receita bruta de vendas

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Residencial	1.533.797	1.429.839	1.172.370	1.165.130	517.543	457.959
Industrial	3.762	3.769	650.851	621.388	204.331	175.214
Comercial, serviços e outras atividades	140.381	134.551	655.204	642.503	304.423	273.242
Rural	124.780	129.810	91.919	91.030	28.093	24.695
Poder público	16.214	15.009	198.774	199.848	88.700	81.223
Iluminação pública	370	350	126.651	125.251	34.129	29.993
Serviço público	1.589	1.527	112.913	108.091	30.323	26.485
Consumo próprio	260	263	16.201	15.837	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	1.937	5.998
Receita do uso da rede	-	-	-	-	7.865	10.878
Fornec. não faturado de diferimento de TUSD	-	-	-	-	(6.996)	4.331
Redução da receita - Baixa renda	-	-	-	-	21.651	26.915
Provisão Redução Tarifa - Irrigação	-	-	-	-	14	(21)
Subtotal	1.821.153	1.715.118	3.024.883	2.969.078	1.232.013	1.116.912
Suprimentos - CCEE	-	-	264.987	64.851	7.987	1.438
Receita de construção	-	-	-	-	400.173	162.333
Outras receitas	-	-	-	-	9.519	8.834
Total	1.821.153	1.715.118	3.289.870	3.033.929	1.649.692	1.289.517

29. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Pessoal	(3.237)	(9.069)	(9.315)	(11.791)	-	-	-	-
Administradores	-	-	(1.900)	(1.642)	-	-	-	-
Material	(871)	(331)	(3.902)	(2.032)	-	-	-	-
Serviço de terceiros	(22.236)	(30.139)	(24.579)	(27.633)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(3.192)	(2.492)	-	-	(95)	(95)
Arrendamentos e aluguéis	(34)	(12)	(2.288)	(3.057)	-	-	-	-
Seguros	-	(27)	(341)	(662)	-	-	-	-
Tributos	-	-	(2.982)	(2.714)	-	-	(89)	(6)
Provisões (líquidas de reversão)	(3.221)	(8.350)	-	-	-	-	1.021	462
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	(1.957)	(1.540)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(39)	-	-	-	(2.070)	(1.235)
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	95	111	-	-
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(741)	(970)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(2)	(2.029)
Outros	1.319	(411)	(8.036)	(5.201)	405	358	(41)	-
Total	(28.280)	(48.339)	(56.574)	(57.224)	500	469	(3.974)	(5.413)

Notas Explicativas

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Despesas com pessoal:				-2142
Remuneração	(2.333)	(6.920)	(6.001)	(9.426)
Encargos sociais - INSS	(616)	(1.541)	(2.157)	(1.667)
Encargos sociais - FGTS	(189)	(470)	(628)	(475)
Contribuição como mantenedor da fundação	(85)	(109)	(331)	(156)
Indenização sobre o saldo do FGTS	(14)	(29)	(198)	(68)
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	-	1
Total	(3.237)	(9.069)	(9.315)	(11.791)

30. RESULTADO FINANCEIRO

	30/6/2011	30/6/2010
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	12.099	6.189
Mútuo com partes relacionadas	4.523	27.697
Juros ativos	13.615	29.145
Variação monetária	22.069	30.565
Acréscimos moratórios	25.810	17.643
Ajuste a valor presente	17.124	1.461
Ajuste marcação a mercado - swap	22.073	16.951
Outras receitas financeiras	8.496	39.304
Total das receitas financeiras	125.809	168.955
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas		
Moeda nacional	(79.323)	(52.226)
Moeda estrangeira	(10.116)	(8.327)
Mútuo com partes relacionadas	(7.375)	(3.753)
Subtotal	(96.814)	(64.306)
Variações monetárias		
Moeda nacional	(20.148)	(16.219)
Moeda estrangeira	(6.848)	(37.279)
Subtotal	(26.996)	(53.498)
Juros / multas	(104.705)	(62.922)
Ajuste a valor presente	(22.523)	(10.149)
Ajuste marcação a mercado - swap	(18.452)	(8.631)
Operações de swap	(23.569)	(60.931)
Outras despesas financeiras	(17.484)	(22.654)
Total das despesas financeiras	(310.543)	(283.091)
Resultado financeiro	(184.734)	(114.136)

Notas Explicativas

31. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Cálculo de lucros (prejuízo) por ação (em milhares, exceto valor por ação).

	Exercícios findos em	
	30/6/2011	30/6/2010
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		
Para acionistas preferenciais classe A	(2.661)	(2.518)
Para acionistas preferenciais classe B	(1.333)	(1.261)
Para acionistas preferenciais classe C	(1.475)	(1.395)
Para acionistas ordinários	(72.950)	(69.011)
	(78.419)	(74.185)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferencias classe A	2.167	2.167
Média ponderada de número de ações preferencias classe B	1.085	1.085
Média ponderada de número de ações preferencias classe C	1.201	1.201
Média ponderada de número de ações ordinárias	59.398	59.398
	63.851	63.851
Resultado básico por ação		
Ações preferencias classe A	(1,22816)	(1,16185)
Ações preferencias classe B	(1,22816)	(1,16185)
Ações preferencias classe C	(1,22816)	(1,16185)
Ações ordinárias	(1,22816)	(1,16185)

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Revisão Tarifária

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.188 de 2/8/2011, prorrogou a vigência das tarifas de distribuição de energia elétrica da Resolução Homologatória nº 1.035 de 3/8/2010, que estariam vigentes até 6/8/2011. Esta prorrogação está prevista até o término em definitivo do processo da 3ª Revisão Tarifária da Companhia. A variação de receita decorrente da diferença entre as tarifas aplicadas no período provisório e as definidas na homologação dos resultados definitivos, será calculada e compensada retroativamente à data contratual.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da arca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes revisou e auditou as informações contábeis intermediárias e as demonstrações financeiras do período e exercício findos em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados em 25 de março de 2011 e 02 de março de 2011 respectivamente que não contiveram modificações..

São Paulo, 10 de agosto de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)

CRC 2SP013439/O-5 "S" PA

Mateus de Lima Soares

Contador CRC 1RJ079681/O-0 "S" PA